

TESE: Renovação Sindical

Grupo ARARAS

O grupo ARARAS nasceu do pensamento e da prática combativa de alguns servidores da base dos trabalhadores da Universidade Federal do Ceará que comungam com as idéias de renovação sindical como forma de combater a política neoliberal de privatização do serviço público através da política de estado mínimo.

Conjuntura Internacional

1. Aspectos Fundamentais da Conjuntura Histórica em 2011

Um aspecto fundamental que marcou o processo histórico em 2011 foi, sem dúvida, o aprofundamento da crise do capital na Europa em contrapeso ao seu desenvolvimento nos EUA e Japão, mais agudamente sentido no primeiro país a partir de 2008. Também se pode somar a este processo como evidência, a sintomática redução do crescimento econômico e aguçamento das contradições sociais e políticas nos países denominados emergentes – BRICs: um processo que é resultado da responsabilidade de produção de mais-valia que é imputada aos mesmos pelos centros imperialistas para sustentar as taxas de crescimento e acumulação mundial do capital.

Outro aspecto de similar importância foi a adoção pela Europa, sob nova tática, da velha estratégia da guerra de pilhagem, imperialista neocolonial, como fórmula política de superação da crise. Esta estratégia de “destruição das forças produtivas já desenvolvidas” – como predisseram Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista de 1848 – pilhagem e “conquista de novos mercados”, não exclui o método de “intensificação da exploração” nos países dominados ou dependentes dos centros imperialistas, face à assincronia dos ciclos econômicos decorrente das políticas macroeconômicas de “reestruturação das economias emergentes nas décadas de 80 e 90 demandadas pelo processo de globalização” (AMIN, 2011), o que permite o sobrepeso da superprodução e do superlucro exigidos pela taxação monopólica imposta pelas corporações financeiras globais, renunciando assim, a tendência à nova alternância da manifestação da crise dos centros à periferia, compondo o movimento diacrônico do processo global que propende a apagar a mediação emergente entre os extremos do sistema: acumulação e miséria.

Não obstante, o aspecto mais relevante e controverso neste período foi a mudança de atitude das massas tanto nos centros imperialistas quanto na periferia destes através de movimentos contraditórios por si e em si mesmos negando ou afirmando o sistema, tais como o surgimento do Movimento “Ocupa” (que, em síntese, trata-se de uma retomada do movimento antiglobalização e anticapitalista, afogado pela reação imperialista em sua guerra contra o que se denominou de “eixo do mal”) e a tão noticiada “Primavera” dos povos do Oriente Médio, Ásia Central e norte da África, cuja assimetria de conteúdos e desenvolvimento histórico com os centros imperialistas a constituiu num movimento para si que nega o sistema e num movimento em si que afirma o sistema.

A crise econômica que se agravou na Europa em 2011 é uma continuidade da crise financeira iniciada nos EUA em 2007. Na ocasião, tanto o governo americano quanto os europeus injetaram recursos bilionários para salvar seus sistemas financeiros, e estes, agora, adotam medidas de extrema austeridade para que seus governos possam saldar as dívidas com os bancos, o que está provocando grave recessão na Europa e estrangulando a economia e o Estado de Bem-Estar Social de vários países, além de ampliar o desemprego e a pobreza.

A crise internacional prosseguirá, sobretudo, em função das medidas neoliberais radicais adotadas pelos governos europeus que aprofundarão a recessão no continente. O desemprego médio na Europa já ultrapassou 10% e é, pelo menos, o dobro entre os jovens, ao que se soma ainda o fenômeno do rápido empobrecimento das parcelas importantes da população. A OIT aponta a existência, atualmente, de 200 milhões de desempregados no mundo.

2. A Crise Internacional e a Educação

Esta assertiva apoia-se também nos organismos internacionais que cumprem, na atualidade, a mesma função da histórica Conferência de Bretton Woods - ou seja, instância de consenso normativo entre estadistas e intelectuais, que fixam os paradigmas gerais do sistema econômico capitalista - tais como: a instituição do Nobel, o Fórum de Davos, o Consenso de Washington, e outros. Um registro detalhado destas articulações pode ser encontrado no trabalho de René A. Dreifuss (1986), "*A Internacional Capitalista*". Em termos de mudança de paradigma econômico, a premiação do Nobel na primeira década do século XXI (Stiglitz em 2001 e Krugman em 2008), significou a mudança do neoliberalismo ao keynesianismo. Deste modo, o pensamento de Keynes ao ressurgir na negação ao neoliberalismo corrobora a tese de que o pensamento de Marx ressurge também na crise como negação, ou superação da disciplina macroeconômica como um todo, mesmo que surja uma "nova" síntese entre o neoliberalismo e o keynesianismo, como prediz Mankiw (2006), e antes dele Tobin (1986). Este fato não mudará os efeitos dramáticos da crise do capital sobre a sociedade, exigindo do indivíduo cognoscente uma nova concepção filosófica da finalidade histórica e *raison d'être* para a mesma.

A crise do capital, enquanto crise de paradigmas da ciência e, conseqüentemente, da educação (atividades humanas virtualmente *transformadoras* e forças *produtivas* sociais [(MARX, 2009, Vol. 2, pp. 302-303, 1973, idem, pp. 7-8)], posto que têm, grosso modo, o objetivo comum de produzir e reproduzir a consciência científica e técnica formal da sociedade nas novas gerações humanas (MANACORDA, 2007, pp. 43-53; *passim*), não podem se esquivar à temática: por um lado, porque a educação como atividade desdobrada em ensino e pesquisa, tem por pressuposto as teorias comprovadas e instituídas como paradigmas nas diversas disciplinas da cognição (VYGOTSKY, 1991, pp. 22-23) portanto, uma condição necessária à sua existência como tal; por outro, porque na medida em que as crises se apresentam como acrisia da teoria no domínio de uma disciplina científica cujo material fático atravessa todo o campo de objetos que abarcam as ciências sociais - como é o caso das relações de produção social, nas condições de desenvolvimento da ciência e da técnica da sociedade capitalista atual -, então sua afecção por tal problemática torna-se tema de primeiro plano, posto também que afecção de forma mediada e imediatamente todos os

elementos substantivos do seu fazer produtivo: docente-ciência-discente. (MARX, 1985, Liv. I, Vol. I, pp. 283-284, 1977, pp. 27-31, *passim*).

Porém, a questão não diz respeito apenas à Educação, a problemática aparenta ser mais profunda do que se supõe, posto que a contradição intrínseca à dialetização entre produto e a atividade cognoscente, diz respeito à universalidade das ciências - subsumida aos paradigmas definidos nos países do capitalismo avançado, em sua maior parte controladas pelos centros de P&D das grandes corporações monopolistas e oligopolistas globais (MUELLER e OLIVEIRA, 2003, pp. 59-65; *passim*) - e a particularidade de realização da atividade cognitiva do ensino e pesquisa - mediatizada pelas instituições e organismos governamentais que, em tese, expressam as prioridades gerais da sociedade historicamente determinada -; e ainda, a própria singularidade do desenvolvimento científico e educacional em que os sujeitos cognoscentes estão inseridos; tudo isto sugere uma solução de maior envergadura, *quicá* comparado ao ato realizado pela Europa quando se libertou do domínio eclesiástico. Assim, a hipótese teórica específica sobre a educação é que uma crise de paradigmas na ciência conduz a primeira necessariamente ao afastamento de seus fins. Isto se explica porque os modelos teóricos equivocados e refutados pela práxis social, ao permanecerem no domínio das disciplinas de ensino, seja por resistência e/ou inércia (KUHN, 1971; HORKHEIMER, 2003), continuam pedagogicamente normatizando a atividade e o conteúdo educativo. Portanto, a crise de paradigma na ciência implica a perda de efetividade do ensino porque imobiliza a pedagogia, amplia o hiato entre a teoria e a prática social, com isto, a contradição entre a escola e a vida real, o docente e o discente, embotando o desiderato pedagógico atribuído pela sociedade à Educação.

1.3. Conjuntura Nacional

Nos últimos anos temos vivido com a ameaça da política neoliberal organizada e liderada pelo banco mundial e fundo monetário internacional (FMI) de entrega do patrimônio brasileiro ao grande capital internacional. Durante os governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso alguns setores dos serviços públicos foram privatizados de forma duvidosa, como foi o caso das telecomunicações, energia, vale do rio doce, siderúrgica nacional e os bancos estaduais, utilizando dinheiro público do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Na época o movimento sindical junto às centrais sindicais, movimentos sociais, CNBB e vários partidos de esquerda (PT, PCdoB, PCB e outros) saíram às ruas denunciando e exigindo que o congresso investigasse a venda dessas estatais. Também conseguimos com a ajuda desses mesmos partidos, evitar que a educação e saúde, que fazia parte do pacote, fossem privatizadas.

Veio o governo Lula, eleito com a ajuda dos trabalhadores do serviço público e movimento sindical, que durante a campanha prometia re-estatizar as estatais privatizadas. Decepção, Lula (Partido dos Trabalhadores), além de não investigar nada e nem cumprir as promessas, nos deu de presente no seu primeiro ano de governo a reforma da previdência e os partidos que antes estavam ao nosso lado passaram a defender, em troca de favores, os projetos neoliberais (congelamento de salários de funcionários públicos por 10 anos, fim da aposentadoria integral, privatização da educação e saúde etc...) que antes combatiam.

Chegamos finalmente ao governo Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), mais uma vez fomos enganados com a falsa promessa de reajuste salarial e o

atendimento da pauta de negociação da mesa específica da educação, dentre elas a re-estruturação do Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE).

Por não cumprir as promessas tivemos que entrar em greve, que durou aproximadamente 110 dias, sem nenhuma reunião de negociação, e o que recebemos foi uma ação judicial nos obrigando a retornar no mínimo 50% ao trabalho. Enquanto isso o governo do PT aprovava, na câmara, o PL 1747, depois transformado em PL79 no senado, também aprovado, criando assim a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), para administrar os 46 hospitais universitários de todo o país.

É inconcebível que num país que bate recordes de arrecadação mês a mês, que só no ano de 2010 premiou com 50 bilhões de reais a corrupção e em 2012 desvinculou da receita da união (DRU) 600 bilhões de reais para o governo gastar com o que quiser, não tenha dinheiro para re-estruturar a carreira dos técnico-administrativos em educação, não chegando a 1% desse valor ou reajustar salários congelados dos trabalhadores do serviço público.

Diante de tudo isso cabe-nos encontrar mecanismos de nos contrapor a tudo isso de forma que consigamos barrar a interferência, não só dos partidos de sustentação do governo, mas de todos os partidos políticos nos sindicatos e termos um movimento independente e soberano.

2. Organização e Estrutura Sindical

Durante os governos de José Sarney, Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) teve um papel fundamental nas lutas de classes, principalmente junto aos trabalhadores do serviço público, quando obtivemos grandes vitórias, quem não se lembra no ano 2000 da marcha dos 100 mil, chamada pelas centrais sindicais, movimentos sociais e partidos de esquerda, entre eles o Partido dos Trabalhadores (PT) que levou mais de 140 mil trabalhadores a Brasília.

Do governo Lula (PT) prá cá, não podemos dizer o mesmo, pois com a cooptação dos dirigentes da CUT, federações e sindicatos, através do governo, o movimento sindical se tornou órfão de suas lideranças nos levando a grandes derrotas, pois o sentimento da base era de impotência.

Na FASUBRA não foi diferente, as disputas internas entre as diferentes correntes político partidárias que a compõem prejudicaram o sucesso das nossas ultimas investidas contra o governo. Para que isso não mais aconteça e voltemos a ter unidade em nossa categoria e organizá-la para os embates que com certeza travaremos com o governo Dilma, é necessário:

- Renovação de idéias e pessoas na FASUBRA;
- Re-filiação à CUT;
- Participação com mais altivez nos fóruns da CUT como forma de trazé-la novamente para a linha de frente de nossas lutas;

- Compromisso de nossas lideranças com as lutas de classe;
- Trazer os políticos verdadeiramente de esquerda para o nosso lado;
- Combater a política de desmonte do serviço público por parte do governo.

3. Relações de Trabalho

As relações de trabalho que reconhecemos no serviço público é o regime jurídico único e isso só é possível através de concurso público, única forma de ingresso no serviço público, de acordo com a constituição federal.

No governo de Fernando Henrique Cardoso por varias vezes o congresso tentou aprovar projetos que privatizavam a educação, dentre eles o projeto de criação de uma fundação estatal de direito privado para administrar os hospitais universitários e, conseqüentemente, a transferência deles para o ministério da saúde, porém nesta época o movimento era organizado e coeso e com muita luta conseguimos evitar sua aprovação.

Depois veio o governo Lula, que já havia aprovado a reforma da previdência e agora tentava aprovar no congresso o mesmo projeto. Felizmente Lula ainda guardava algum respeito com a coisa pública e também com o movimento sindical e retirou o projeto. Mas no último dia do seu mandato, 31/12/2010 jogou a responsabilidade para o governo Dilma, que havia vencido a eleição para presidente, e assinou a medida provisória 520, criando a EBSEH, caducando, em seguida, por decurso de prazo. Infelizmente, o novo governo que assumira, também do Partido dos Trabalhadores, daria continuidade a política neoliberal dos governos Collor de Melo, FHC e Lula e encaminhou o PL 1749 que foi aprovado na câmara e no senado. Com isso o governo consegue sacramentar a privatização dos hospitais de excelência do país. A partir deste momento surge à figura do funcionário publico terceirizado regido pela CLT, ou seja, choque de regimes de trabalho, CLT e RJU num mesmo órgão do serviço público. Desta forma a relação de trabalho, principalmente nos hospitais universitários, será de muito conflito, por isso precisamos nos preparar colocando em prática os seguintes pontos:

- Não reconhecer a EBSEH como gestora dos hospitais universitários;
- Lutar pela não aprovação da EBSEH nos Conselhos Universitários
- Denunciar junto ao Ministério Público Federal os contratos e convênios que estão sendo firmados entre hospitais universitários e iniciativa privada;
- Lutar pela continuidade dos hospitais universitários como hospitais de ensino ligados ao MEC
- Lutar pela re-estruturação da carreira dos técnico administrativos em educação e ascensão funcional;

-Fim da terceirização e abertura de concursos públicos para ocupação das vagas.

3. Seguridade Social

A previdência no Brasil é um assunto cuja relevância deve ser considerada, independente de sua modalidade: seja ela pública ou privada.

Nas últimas décadas, mais precisamente, de 90 até a passada, sob o discurso falacioso de que a previdência é deficitária, usando inclusive dados estatísticos do próprio governo, para justificarem, principalmente no setor público, os governos vem, através de leis complementares (EC 20 e 41), uma aprovada em 1998, estipulou que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíssem fundos de previdência complementar, poderiam fixar o mesmo teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para as aposentadorias e pensões a serem concedidas a seus servidores e, a outra em 2003, aperfeiçoou o dispositivo, estipulando que os entes federados poderiam instituir, mediante lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para seus servidores, sendo que o planos de benefícios somente podem ser oferecidos na modalidade de contribuição definida. Acabando desta forma, com os vencimentos daqueles que contribuíram por várias anos de labor no serviço público, seja ele Federal, Estadual ou Municipal.

Vale ressaltar, que na iniciativa privada, se um trabalhador ganha R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais), por exemplo, sendo este, abrangido pela RGPS, contribuirá com o teto estabelecido pela supracitada regra de R\$ 3.689,66. Além disso, o trabalhador em questão, recebe ao se aposentar FGTS e em alguns casos, durante suas atividades laborais, participação nos lucros da empresa em que trabalha.

O servidor público que percebe a mesma remuneração, contribui com 11% sobre os R\$ 10.000,00, ou seja, R\$ 1.100,00 (Hum Mil e Cem Reais). Além de não receber participação nos lucros da empresa em que trabalha, este servidor quando se aposenta também não tem direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Conforme proposta apresentada pelo governo, já em tramitação no Congresso Nacional, teremos a partir de então, três modalidades de aposentadoria no serviço público: aqueles que hoje já se encontram aposentados, os que estão por se aposentar e os que ingressarão no serviço público a partir dessa nova realidade de previdência. Não bastasse a fragmentação que já existe dentro do serviço público nos dias atuais, o governo vem agora com mais um modelo para dividir a categoria e conseqüentemente a luta do servidor público.

Diante dessa realidade, e tendo o entendimento de que a previdência (principalmente a do setor público) não é deficitária, apresentamos como solução, para essa conjuntura o que se segue:

- 1 – Lutar contra a aprovação deste projeto de lei;

- 2 – Levantar dados estatísticos que retratem a realidade como contraponto aos dados que vem sendo apresentado pelo governo, no que diz respeito a receita e despesa da previdência pública;
- 3 – Organizar a classe trabalhadora do serviço público para encontrar um modelo que não divida a categoria;
- 4 – Convocar uma conferência nacional dos servidores públicos para debater e apresentar propostas que solucionem definitivamente essa problemática;
- 5- Lutar pela não desvinculação dos aposentados da folha de pagamento dos ativos;
- 6- Mobilização para garantir a paridade entre ativos e aposentados;
- 7- Defesa intransigente da aposentadoria integral.

Não podemos permitir que a classe trabalhadora do serviço público continue sendo fragmentada mais do que já se encontra. Só a união pode nos levar à vitória. Pensemos nisso!

Assinam esta tese: GRUPO ARARAS